



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Estudo Preliminar
(Processo administrativo nº 23076.059959/2023-95)

Equipe de Planejamento da Contratação

(PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 68, DE 15 DE MAIO DE 2023 /DLC-PROGEST)

1. Objeto/Objetivo

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de empresa especializada na execução de obras, para a realização da obra de Acessibilidade Física da Sede do Centro de Biociências – Campus Joaquim Amazonas. A obra em comento compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 8.697,11 m², e a contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

2. Referências legais

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes instrumentos normativos:

2.1 Licitações e contratos administrativos

- I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos).
- II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).
- III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital).
- IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

2.2 Proteção ambiental

- I. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).
- II. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal).
- III. IN 01/2010 (Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

2.3 Estruturas e fundações

- I. NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento).
- II. NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento).
- III. NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

2.4 Instalações prediais

- I. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).
- II. NR 10 (Segurança em instalações e serviços de eletricidade).
- III. Todas as normas técnicas e procedimentos aplicados pela concessionária de energia elétrica (CELPE) atualmente vigentes.

2.5 Canteiro de Obras

- I. NR 1 (Disposições gerais).
- II. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho).
- III. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes).
- IV. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI).
- V. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional).
- VI. NR 8 (Edificações).
- VII. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais).
- VIII. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade).
- IX. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais).
- X. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos).
- XI. NR 15 (Atividades e operações insalubres).
- XII. NR 16 (Atividades e operações perigosas).
- XIII. NR 17 (Ergonomia).
- XIV. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção).
- XV. NR 23 (Proteção contra incêndios).
- XVI. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho).
- XVII. NR 26 (Sinalização de segurança).
- XVIII. NR 28 (Fiscalização e penalidades).
- XIX. NR 33 (Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados).

2.6 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

- I. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas
- II. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96)
- III. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97)
- IV. ABNT 9050/2020 (Acessibilidade)
- V. ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação)
- VI. Todas as normas técnicas aplicáveis ao desempenho acústico e lumínico da edificação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar

3. Necessidade da Contratação

O Campus Joaquim Amazonas possui aproximadamente 400.000,00 m² de área construída e um total de 264 edificações, objetivando atender a atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFPE, 2016) Além das edificações voltadas para o objetivo fim da universidade, existem outros prédios que atendem a funções que apoiam estas atividades, como exemplo temos a Reitoria, a Biblioteca Central, a Editora Universitária, o Clube, entre outros. A maioria destas edificações foram construídas em uma época em que as questões de acessibilidade e desenho universal não eram uma preocupação de projeto. Com isso, atualmente, os arquitetos da instituição têm que encontrar soluções de intervenção para proporcionar a acessibilidade aos alunos, funcionários e visitantes da instituição de maneira integral, muitas vezes esbarrando em questões técnicas e até mesmo de preservação de patrimônio histórico.

Amaral (2000) afirma que a presença de pessoas com deficiência nas universidades é um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social. Nesse sentido, o Decreto 5.296/2004, que regulamenta a Lei 10.048/2000, traz a definição de acessibilidade como: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL. Decreto N° 5.296, 2004).

Além disso, de acordo com o artigo 5º, § 2º, da lei federal nº 8.112, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Somado a isto, a Lei 13.409/2016, sancionada no dia 28 de dezembro de 2016 estabelece que as pessoas com deficiência sejam incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, as cotas já contemplam estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

Nesse sentido, o Centro de Biociências da Universidade Federal de Pernambuco é um dos conjuntos de edificações em que intervenções de acessibilidade revelam-se indispensáveis. Atualmente, o Centro de Biociências é composto por dez departamentos, quais sejam: Anatomia, Antibióticos, Botânica, Biofísica e Radiobiologia, Bioquímica, Fisiologia e Farmacologia, Genética, Histologia e Embriologia, Micologia e Zoologia. Ademais, o Centro de Biociências possui como missão “Formar recursos humanos, preservar, gerar e difundir conhecimentos para a compreensão e conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida.”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

4. Planejamento Estratégico

I. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, uma vez que a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

II. Está também de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, que possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 10 ações, dentre as quais merece destaque a 17.6, que seria “Ampliar, recuperar e manter as edificações dos campi”.

III. O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2023, no item 245/2023.

5. Requisitos da Contratação

- I. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s).
- II. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.
- III. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta;
 - a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
 - b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
 - f) Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- IV. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra.
- V. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço.
- VI. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas.
- VII. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra.
- VIII. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6.
- IX. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis.
- X. A obra do Centro de Biociências – Sede - Acessibilidade Física, produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:
- A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.
- C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
- D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.
- XI. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
- A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.
- B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.
- C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
- D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:
- (i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- (ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.
- XII. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.
- XIII. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

6. Estimativa das Quantidades

6.1. Os serviços necessários à construção da obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física, incluindo adequações no entorno, a serem realizadas nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura e demais projetos complementares tratam-se, principalmente, dos seguintes serviços:

Estacionamento

Demolição

- I. Fresagem de pavimento asfáltico;
- II. Demolição de guia de contenção e remoção de parte do jardim do canteiro central;
- III. Demolição de calçada em concreto;
- IV. Demolição de corrimão de rampa existente;
- V. Demolição de meio-fio.

Construção

- I. Construção de calçada em concreto simples;
- II. Pintura de faixa de pedestre em tinta acrílica;
- III. Construção de piso da rampa em concreto simples;
- IV. Pintura de símbolos no piso com tinta acrílica nas cores branco e azul;
- V. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- VI. Aplicação de piso tátil direcional em placa pré-moldada de concreto;
- VII. Construção de guia de balizamento em concreto simples com pintura em tinta acrílica;
- VIII. Assentamento de guias de contenção em concreto pré-fabricado;
- IX. Refazimento da linha d'água;
- X. Instalação de placas de sinalização.

WC Acessível 01

Demolição

- I. Remoção de revestimento em granilite no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Demolição de cobogó;
- IV. Remoção de luminária.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de forro linear em PVC;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei;
- VII. Instalação de esquadria de alumínio tipo maximar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

WC Acessível 02

Demolição

- I. Remoção de revestimento cerâmico no piso;
- II. Remoção de alvenaria com revestimento cerâmico, inclusive porta de acesso;
- III. Remoção de porta de giro;
- IV. Remoção de divisória em granito;
- V. Remoção de bacia sanitária.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho no teto;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros.
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei;
- VII. Instalação de porta de giro em madeira de lei com chapa de aço inox;

WC Acessível 03

Demolição

- I. Remoção de revestimento cerâmico no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Remoção de três luminárias;
- IV. Remoção de bancada em granito com duas cubas;
- V. Remoção de três portas;
- VI. Remoção de três luminárias.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de forro linear em PVC;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- VI. Instalação de porta de correr em madeira de lei;
- VII. Instalação de porta de correr em madeira de lei com chapa de aço inox.

WC Acessível 04

Demolição

- I. Remoção de revestimento paviflex no piso;
- II. Demolição de alvenaria para abertura de janela;
- III. Remoção de rodapé em cerâmica;
- IV. Remoção de eletrocalha e eletrodutos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de forro linear em PVC;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei com chapa de aço inox;
- VII. Instalação de esquadria tipo boca de lobo em alumínio.

WC Acessível 05

Demolição

- I. Remoção de revestimento cerâmico no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Demolição de alvenaria com revestimento cerâmico;
- IV. Demolição de forro em gesso.
- V. Remoção de duas bancadas em granito com cubas,
- VI. Remoção de três portas;
- VII. Remoção de duas bacias sanitários;
- VIII. Remoção de dois espelhos;
- IX. Remoção de quatro luminárias.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho no teto;
- V. Aplicação de forro linear em PVC;
- VI. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- VII. Instalação de porta de giro em madeira de lei.

WC Auditório

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- III. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho no teto;
- IV. Aplicação de forro linear em PVC;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, dentre outros.

WC Acessível 06

Demolição



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- I. Remoção de revestimento granilite no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Demolição de cobogó;
- IV. Remoção de eletrocalhas instaladas abaixo da laje.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho no teto;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei com chapa de aço inox;
- VII. Instalação de esquadria de alumínio tipo maximar.

WC Acessível 07

Demolição

- I. Remoção de revestimento granilite no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Demolição de cobogó;
- IV. Remoção de eletrodutos instaladas abaixo da laje.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho no teto;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros.
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei com chapa de aço inox;
- VII. Instalação de esquadria de alumínio tipo maximar.

WC Acessível 08

Demolição

- I. Remoção de revestimento granilite no piso;
- II. Remoção de revestimento cerâmico na parede;
- III. Remoção de eletrodutos instaladas abaixo da laje;
- IV. Remoção de caixa de ar-condicionado;
- V. Remoção de jardineira suspensa;
- VI. Remoção de janela;
- VII. Remoção de gradil da janela.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica antimofa no teto;
- V. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros.
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei;
- VII. Instalação de esquadria de alumínio tipo maximar.

WC Acessível 09

Demolição

- I. Remoção de revestimento cerâmico no piso;
- II. Remoção de revestimento em granilite no piso;
- III. Remoção de revestimento em cerâmico na parede;
- IV. Demolição de alvenaria com revestimento cerâmico;
- V. Demolição de alvenaria pintada;
- VI. Demolição de forro de gesso;
- VII. Remoção de bancada em granito com cuba em aço inox;
- VIII. Remoção de porta de madeira;
- IX. Retirada de ar-condicionado para posterior instalação.

- X. Construção
- XI. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- XII. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- XIII. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- XIV. Aplicação de forro linear em PVC;
- XV. Instalação de itens essenciais, tais como, espelho, bacia sanitária, lavatório, barras de apoio, dentre outros;
- XVI. Instalação de porta de correr em madeira de lei com chapa de aço inox.

Copa

Construção

- I. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico no piso;
- II. Aplicação de soleira em granito natural polido no piso;
- III. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico na parede;
- IV. Acabamento em pintura látex acrílica cor branco neve;
- V. Aplicação de forro linear em PVC;
- VI. Instalação de porta de giro em madeira de lei;
- VII. Instalação de esquadria de alumínio tipo maximar

W.C Feminino

Construção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- I. Instalação de porta de giro em madeira de lei.

Escada 01

Demolição

- I. Remoção de corrimão em aço inoxidável;
- II. Remoção de fita adesiva antiderrapante dos degraus;

Construção

- I. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- II. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- III. Instalação de corrimãos em tubo de aço inox polido;
- IV. Instalação de guarda-corpo em vidro laminado.

Escada 02

Demolição

- I. Remoção da grade no início do lance de descida do primeiro pavimento;
- II. Remoção de faixa antiderrapante dos degraus;

Construção

- I. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- II. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- III. Instalação de corrimãos em tubo de aço inox polido;
- IV. Instalação de guarda-corpo em vidro laminado.

Caixa do elevador

Demolição

- I. Remoção de corrimãos existentes nas rampas;
- II. Remoção de piso tátil de alerta existentes nas rampas;
- III. Demolição das guias de balizamento em concreto das rampas;
- IV. Demolição de pisos em lajota de concreto danificados.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em granito natural tipo preto tijuca no piso;
- II. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- III. Revestimento em pintura acrílica acetinada;
- IV. Revestimento em granito natural tipo preto tijuca na moldura da porta do elevador;
- V. Construção de laje da caixa do elevador em concreto com impermeabilização.

Rampas – área dos laboratórios

Demolição

- I. Remoção de piso existente;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- II. Escavação de solo natural para implantação do poço do elevador;
- III. Demolição de alvenaria com tijolinho aparente;
- IV. Remoção de janela;
- V. Remoção de componentes da instalação elétrica.

Construção

- I. Construção de rampa com piso de alta resistência;
- II. Construção de piso em lajota de concreto;
- III. Construção de rampa em concreto simples;
- IV. Construção de piso de alta resistência;
- V. Construção de complemento do piso do patamar em concreto simples;
- VI. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- VII. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- VIII. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Rampa 01

Demolição

- I. Demolição da escada em concreto;
- II. Remoção dos corrimãos;
- III. Remoção dos pisos táteis de alerta em concreto;
- IV. Demolição das guias de balizamento em concreto.

Construção

- I. Construção de rampa com piso de alta resistência;
- II. Construção de piso em lajota de concreto;
- III. Construção de complemento do piso do patamar em concreto simples;
- IV. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- V. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- VI. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- VII. Instalação de guarda-corpo em tubo quadrado de aço inox;
- VIII. Instalação de corrimão em tubo de aço inox;

Rampa 02

Demolição

- I. Remoção dos corrimãos;
- II. Remoção dos pisos táteis de alerta em concreto;
- III. Demolição das guias de balizamento em concreto.

Construção

- I. Construção de rampa com piso de alta resistência;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- II. Construção de piso em lajota de concreto;
- III. Construção de piso de alta resistência;
- IV. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- V. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- VI. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- VII. Instalação de guarda-corpo em tubo quadrado de aço inox;
- VIII. Instalação de corrimão em tubo de aço inox.

Rampa 03

Construção

- I. Construção de rampa com piso de alta resistência;
- II. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- III. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- IV. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- V. Instalação de corrimão em tubo de aço inox.

Rampa 04

Construção

- I. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- II. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- III. Instalação de corrimão em tubo de aço inox.

Rampa 05

Construção

- I. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;
- II. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- III. Construção de rampa em concreto simples com piso de alta resistência;
- IV. Aplicação de pintura em tinta acrílica;
- V. Instalação de corrimão em tubo de aço inox.

Rampa 06

Demolição

- I. Demolição de piso em granilite;
- II. Demolição de piso com revestimento cerâmico;

Construção

- I. Construção de soleira em granito polido tipo cinza andorinha;
- II. Construção de rampa em concreto simples;
- III. Aplicação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- IV. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- V. Construção de alvenaria com acabamento pintura acrílica;
- VI. Instalação de corrimão em tubo de aço inox.

Auditório

Demolição

- I. Demolição de piso em lajota de concreto;
- II. Demolição de degraus em concreto;
- III. Demolição de rampa em concreto;
- IV. Demolição de piso em Paviflex, inclusive com rebaixamento em 10 cm para poço de plataforma elevatória;
- V. Demolição de parte do palco;
- VI. Remoção de grelha metálica;
- VII. Demolição de piso com revestimento cerâmico;
- VIII. Remoção revestimento alcatifa no piso;
- IX. Demolição de parede de contenção em concreto;
- X. Demolição de pilares em concreto;
- XI. Remoção de revestimento em alcatifa na parede.
- XII. Demolição de coberta em laje impermeabilizada e vigas em concreto;
- XIII. Demolição de quatro gárgulas em concreto;
- XIV. Remoção de corrimãos;
- XV. Remoção de poltronas.

Construção

- I. Construção de rampa em concreto com piso de alta resistência;
- II. Construção de rampa em concreto simples;
- III. Construção de soleira em granito polido;
- IV. Preenchimento do palco em concreto simples;
- V. Aplicação de revestimento de alta resistência no piso;
- VI. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- VII. Construção de grelha metálica quadriculada;
- VIII. Construção de degrau em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- IX. Aplicação de revestimento em alcatifa no piso;
- X. Construção de piso em lajota de concreto;
- XI. Construção de parede de contenção em concreto com acabamento em alcatifa;
- XII. Complementar revestimento da parede em pastilha cerâmica;
- XIII. Aplicação de pintura em látex acrílico na parede;
- XIV. Aplicação de revestimento em alcatifa na parede;
- XV. Construção de laje impermeabilizada com pintura em tinta acrílica;
- XVI. Instalação de plataforma elevatória modelo enclausurado;
- XVII. Instalação de guarda-corpo em vidro incolor;
- XVIII. Fixação de assento para pessoa obesa;
- XIX. Fixação de assento para P.M.R.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Desníveis 01 e 02

Construção

- I. Construção de rampa em concreto simples;
- II. Elevação de nível da calçada em 8cm com piso de alta resistência;
- III. Construção de proteção lateral com altura de 15cm;
- IV. Substituição de soleira existente por soleira inclinada em granito;
- V. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- VI. Aplicação de piso tátil direcional em borracha sintética;
- VII. Construção de guia de balizamento em concreto simples;
- VIII. Aplicação de camada de brita dentro das caixas absorventes para recebimento e drenagem de águas pluviais;
- IX. Aterro de jardim até nível -15cm em relação ao nível da circulação;
- X. Pintura do piso com tinta piso cor amarelo demarcação;
- XI. Construção de muros de contenção em concreto;
- XII. Complemento *das paredes laterais dos poços absorventes*.

Desníveis 03 a 08

Demolição

- I. Demolição de soleira em granito;
- II. Demolição de revestimento em granilite no piso;
- III. Demolição de degrau em concreto;

Construção

- I. Construção de soleira em granito polido tipo cinza andorinha;
- II. Construção de soleira em granito polido tipo preto tijuca;
- III. Aplicação de piso tátil direcional em borracha sintética;
- IV. Construção de rampa em concreto simples;
- V. Pintura do piso com tinta piso cor amarelo demarcação;
- VI. Construção de patamar em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- VII. Aplicação de fita antiderrapante safety walk;
- VIII. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Desnível 09

Demolição

- I. Demolição de piso em cimento existente danificado por raízes de uma árvore;
- II. Demolição de rampa em cimento.

Construção

- I. Construção de rampa com piso de alta resistência;
- II. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Salas escalonadas – Sala de aula 14 e anfiteatro 12 – Bloco B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Construção

- I. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- II. Construção de rampa em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- III. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Salas escalonadas – Salas de aula 10 e 15 – Bloco B

Construção

- I. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- II. Construção de rampa em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- III. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Salas escalonadas – Salas de aula 11 e anfiteatro 13 – Bloco B

Construção

- I. Aplicação de piso tátil de alerta em borracha sintética;
- II. Construção de rampa em concreto simples com acabamento antiderrapante;
- III. Construção de guia de balizamento em concreto simples.

Salas escalonadas – Salas de aula 8 e 9 – Bloco B

Demolição

- I. Remoção de piso em granilite;
- II. Demolição de piso em cimento;
- III. Demolição de degrau em cimento.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em granilite no piso;
- II. Aplicação de revestimento em textura acrílica acetinada na parede.

Salas escalonadas – Salas de aula 5, 6 e 7 – Bloco B

Demolição

- I. Remoção de piso em granilite;
- II. Demolição de piso em cimento;
- III. Demolição de degrau em cimento;
- IV. Remoção de piso em Paviflex.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em granilite no piso;
- II. Aplicação de piso em Paviflex;
- III. Aplicação de revestimento em textura acrílica na parede.

Salas escalonadas – Salas de aula 2 e 4 – Bloco B

Demolição

- I. Remoção de piso em granilite;
- II. Demolição de piso em cimento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- III. Demolição de degrau em cimento.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em granilite no piso;
II. Aplicação de revestimento em textura acrílica na parede.

Salas escalonadas – Salas de aula 1 e anfiteatro 15 – Bloco B

Demolição

- I. Remoção de piso em granilite;
II. Demolição de piso em cimento;
III. Demolição de degrau em cimento.

Construção

- I. Aplicação de revestimento em granilite no piso;
II. Aplicação de revestimento em pintura acrílica acetinada na parede;
III. Aplicação de revestimento em pintura acrílica acetinada na cor branco.

Balcões

Construção

- I. Construção de balcão da recepção em granito no hall do Bloco B;
II. Construção de bancadas em granito nos locais indicados nos projetos arquitetônico.

Esquadrias

Demolição

- I. Remoção de portas e janelas nos locais indicados no projeto arquitetônico.
II. Demolição de alvenarias, verga e divisória para fixação de novas portas e esquadrias.

Construção

- I. Instalação de portas e janelas nos locais indicados no projeto arquitetônico.
II. Construção de alvenarias, verga e divisória para fixação de novas portas e esquadrias.

6.2 Estima-se que a área total de intervenção seja de **8.697,11 m²**, extraída diretamente do projeto executivo de arquitetura, compreendendo os seguintes ambientes:

Trecho	Área (m ²)
Estacionamento	3.736



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Sanitários e Copa	51,19
Circulações verticais	53,66
Rampas – áreas dos laboratórios	157,55
Auditório e passarela	439,88
Desníveis	611,21
Salas escalonadas	1.081,9
Balcão de recepção	6,59

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e requalificações de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou requalificação de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para a realização da obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física é uma medida imprescindível ao atendimento dos escopos de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Isso porque, além do fato de serem necessárias intervenções pontuais de requalificação de uma edificação ao longo de sua vida útil, também surgem constantes referentes à acessibilidade física da edificação, tendo em vista a atualização das normas técnicas que regem a matéria.

Além disso, o projeto arquitetônico, assim como os projetos complementares de engenharia, foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local, conforme entendimento explicitado pelo Tribunal de Contas da União, no acórdão 719/2018-Plenário:

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro) , estabelecidos no Decreto 7.983/2013 - no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Ademais, a obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física não é dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Não obstante, a Universidade Federal de Pernambuco realizou, recentemente, a contratação de empresa para a execução das obras de acessibilidade do Centro de Artes e Comunicação e do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, obras estas essenciais para atingir o escopo da ampla acessibilidade nas edificações do campus Reitor Joaquim Amazonas.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para a realização da obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

8. Estimativas de preços ou preços referenciais

Estima-se que para a realização da obra do Centro de Biociências – Sede - Acessibilidade Física seja necessário, conforme orçamento anexo, o montante de **R\$ 1.878.782,97** (um milhão oitocentos e setenta oito mil setecentos e oitenta dois reais e noventa e sete centavos).

9. Descrição da solução como um todo

- I. A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”;
- II. Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”;
- III. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- IV. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de **empreitada por preço unitário**, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;
- V. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **240 dias**;
- VI. Por fim, a contratação de empresa para a realização da obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Espera-se que, após a conclusão da obra do Centro de Biociências - Sede - Acessibilidade Física:

- I. A promoção do direito à igualdade de oportunidades e a garantia da dignidade a todas as pessoas;
- II. A promoção, no Centro de Biociências, da Acessibilidade, definida pela ABNT 9050/2020 como a: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”;
- III. O acolhimento adequado de todo o público que frequenta o Centro de Biociências, especialmente pessoas com deficiência, idosos, gestantes e obesos;
- IV. A promoção, no Centro de Biociências, do Desenho Universal, caracterizado pela ABNT 9050/2020 como uma arquitetura e design centrado no ser humano, visando o atendimento ao maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos;
- V. A observância dos sete princípios de Desenho Universal: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico e, por fim, dimensão e espaço para aproximação e uso;
- VI. A supressão de barreiras, especialmente as arquitetônicas, definidas como

“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Lei 13.146/15, Art. 2º, 3§, IV).

- VII. A adoção de medidas que favoreçam, a todos os estudantes, o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no Centro de Biociências;
- VIII. A garantia do acesso à educação superior a todos os estudantes com deficiência, em plena igualdade com as demais pessoas;
- IX. A promoção do direito à cultura e ao lazer, no âmbito do Centro de Biociências;
- X. A promoção ao direito ao trabalho digno, por meio da concepção de ambientes acessíveis para professores e técnicos administrativos em educação;
- XI. O atendimento ao artigo 57 da Lei 13.146/15, o qual determina que “As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.”

12. Providências para adequação do ambiente do órgão

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.
- II. Será necessário a elaboração, pela diretoria do Centro de Biociências, plano de atuação destinado a mitigar os impactos decorrentes na obra na rotina dos usuários da edificação.
- III. O cronograma da obra e o mapa de risco serão anexados ao processo da licitação nos termos da IN 05/2017.

13. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Diante do exposto, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Assinatura dos Membros da Equipe de Planejamento

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCUL A SIAPE	PARECER (APROVADO/REPROVADO)
Geraldo Cabral de Carvalho Filho	2060183	APROVADO
Nicolau Firmo Barbosa Spinelli	3207458	APROVADO
Maria Isabel Pinto de Oliveira	1133506	APROVADO

Recife, 27 de junho 2023.

Aprovo em 27 de junho de 2023.

Assinatura do Chefe do Setor demandante.

Aprovo em 27 de junho de 2023.

Assinatura da autoridade competente



Emitido em 03/07/2023

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 7/2023 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:04)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SPO-UFPE (11.02.01)

Matrícula: 1134695

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:08)

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

CHEFE - TITULAR

DE SPO (11.02.06)

Matrícula: 2060183

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:18)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR - TITULAR

DPP (11.02.04)

Matrícula: 1133056

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:05)

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

ARQUITETO E URBANISTA

CA SPO (11.02.05)

Matrícula: 3207458

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **7**,
ano: **2023**, tipo: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação:
0ff5819481



Emitido em 25/07/2023

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 89/2023 - DPP (11.02.04)
(Nº do Documento: 10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/07/2023 09:35)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR - TITULAR

GR (11.01)

Matrícula: 1171268

(Assinado digitalmente em 25/07/2023 09:45)

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

DIRETOR - SUBSTITUTO

DPP (11.02.04)

Matrícula: 2060183

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **10**
, ano: **2023**, tipo: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **25/07/2023** e o código de verificação:
88086ea0b4